



AEAA-MA

Associação dos Engenheiros Arquitetos
e Agrônomos de Monte Alto

MALA DIRETA BÁSICA

CNPJ 60.240.546/0001-41

AEAA-MA
Associação dos Engenheiros, Arquitetos
e Agrônomos de Monte Alto



FECHAMENTO AUTORIZADO

Pode ser aberto pela ECT

EM NOTÍCIAS

Informativo da Associação dos Engenheiros
Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto

Ano 11 Nº 3 Junho de 2026

CONTEÚDO TÉCNICO



CREA-SP

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo

Crea SP apoia soluções de sustentabilidade no 1º Encontro Paulista de Silvicultura Urbana

*Segundo tendências apresentadas no evento, arborização
está no centro das soluções para o futuro das cidades*

Foto Divulgação



**DIRETORIA****PRESIDENTE**

Francisco Innocencio Pereira - Eng. Químico e de Segurança do Trabalho

VICE-PRESIDENTE

Claudinei Aparecido Iannili - Eng. Eletricista e de Segurança do Trabalho

DIRETOR SECRETÁRIO

Carlos Tadeu Barelli - Eng. Mecânico

DIRETOR SECRETÁRIO ADJUNTO

Marcus Vinicius Bigolotti - Eng. Civil

DIRETOR FINANCEIRO

João Augusto Picolo - Técnico em Eletricidade

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

Claudionor Reinaldo Pecorari - Téc. Eletrotécnica

DIRETOR DA ÁREA SÓCIO ESPORTIVO CULTURAL

Éder Roberto Pavão - Eng. Mecânico

DIRETOR DE MEIO AMBIENTE

Valter Luis Napolitano Eng. Agrônomo

DIRETOR DA ÁREA DE SEG. DO TRABALHO

Edvaldo Ferreira Júnior

Eng. Civil/Seg. Trabalho

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Carlos Padovani Eng. Mecatrônica

CONSELHO DELIBERATIVO/FISCAL

Luis Antonio Guimarães

Engenheiro Civil

Wilson José Zacarin

Engenheiro Civil

Euclides Carlos Perdonatti

Engenheiro Civil

Walter José Lanfredi

Engenheiro Civil

Antonio Jesus Peroni

Engenheiro Agrônomo

Marcio Ricardo Morelli de Meira

Eng. controle e automação, Eng. produção, Eng. de segurança do trabalho e eng. mecânico

Rodrigo Fredi

Engenheiro mecânico e Eng. segurança do trabalho

Expediente

O "AEAA-MA EM NOTÍCIAS" é uma publicação da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto-AEAA-MA. Todas as matérias e reportagens são de inteira responsabilidade da entidade, publicadas com autorização ou produzidas internamente. Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Tiragem desta edição

1.000 exemplares

Mês de Publicação

Junho de 2026

Jornalista Responsável

Rogério Menani (Mtb 28.012)

Design e Arte Final

LaPaz Projetos Ltda.

**Associação dos Engenheiros,
Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto
AEAA-MA**

Rua Francisco Frigo, 100 Res. Barbizan

CEP 15910-000 Monte Alto - SP

Tel.: (16) 3241-2526

Whatsapp: (16) 9 8187-9717

e-mail: contato@aeaama.com.br

www.aeaama.com.br

Palavra do Presidente**Regularização e Fiscalização:
a Valorização do Profissional**

A força de uma sociedade se mede pela solidez de suas estruturas — sejam elas de concreto, de solo ou de planejamento urbano. Por trás de cada obra segura, de cada lavoura produtiva e de cada espaço urbano funcional, existe o intelecto, a técnica e a responsabilidade de engenheiros, arquitetos e agrônomos. No entanto, a sustentabilidade e a valorização das nossas carreiras dependem de um compromisso coletivo intransigente com a regularização e a fiscalização.

Não estamos falando apenas de burocracia, mas sim do alicerce que protege a sociedade e dignifica o nosso suor. Caminhar lado a lado com a legalidade é o único caminho para garantir o respeito que nossa classe merece.

No dia a dia técnico, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é frequentemente vista como apenas mais uma guia a ser emitida. Mas precisamos mudar essa perspectiva. A ART é o principal instrumento de segurança jurídica tanto para o profissional quanto para o cliente.

A ausência do registro no CREA e a negligência com a ART abrem brechas para o exercício ilegal da profissão. E o preço do exercício ilegal, como bem sabemos, é pago com tragédias estruturais, prejuízos econômicos e o sucateamento do mercado de trabalho.

É justamente nesse cenário que a nossa Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto se faz essencial. Sozinho, um profissional pode se sentir vulnerável diante das pressões do mercado. Unidos, nós nos tornamos uma força institucional institucionalmente ouvida e respeitada.

A Associação atua como um farol na defesa das nossas prerrogativas. Nosso papel vai muito além de promover eventos técnicos ou sociais; nós somos o braço que dialoga com o poder público, que apoia o CREA nas ações de fiscalização e que conscientiza a população de Monte Alto sobre os riscos de contratar leigos. Quando a Associação cobra fiscalização, ela está, na verdade, defendendo o mercado de trabalho de cada um de seus associados.

"A ausência do registro no CREA e a negligência com a ART abrem brechas para o exercício ilegal da profissão"



Francisco Innocencio Pereira

Engenheiro Químico e de Seg. Trabalho
PRESIDENTE da AEAA-MA

ARBORIZAÇÃO NO CENTRO DAS SOLUÇÕES PARA O FUTURO DAS CIDADES

A busca por cidades mais sustentáveis, resilientes e preparadas para os desafios das mudanças climáticas marcou a abertura do I Encontro Paulista de Silvicultura Urbana, realizado nos dias 16 e 17 de junho, na sede da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto (AEAARP).

Com a presença de especialistas, gestores públicos, pesquisadores, profissionais da área ambiental e representantes da sociedade civil, o evento evidenciou o papel estratégico do planejamento no manejo arbóreo, pauta que contou com a contribuição direta do Crea-SP.

“Esse é um espaço de construção coletiva, com participantes de diversas regiões do Brasil para a troca de experiências e conhecimentos”, destacou Fernando Paoliello Junqueira, presidente da AEAARP.

Segundo José Walter Figueiredo Silva, um dos idealizadores do evento, a proposta central é transformar a maneira como a sociedade e o poder público enxergam a arborização, tema que ganha relevância diante do cenário global de aumento das temperaturas, enchentes severas e poluição atmosférica, impactos que afetam diretamente a saúde da população.

Um dos pontos altos da programação foi a discussão sobre os impactos da Lei Federal nº 15.299/2025 nas atividades de manejo arbóreo.

A palestra foi conduzida por duas representantes do Comitê Técnico de Normatização e Manejo Arbóreo do Crea-SP: a coordenadora, engenheira agrônoma Gisele Herbst Vazquez, diretora técnica da autarquia; e a coordenadora adjunta, engenheira agrônoma Marília Gregolin Costa de Castro, que também integra o



Foto: Divulgação



Na foto acima, os palestrantes do evento e, abaixo, o público participante

Comitê Gestor do Programa Mulher do Conselho.

Conhecimento que transforma o ambiente urbano

Para além das questões regulatórias, o evento funciona como um grande polo de disseminação de boas práticas. A engenheira agrônoma Clarissa Chufalo Pereira Lima, representante da Fazenda Divindade, ressaltou o valor da conscientização coletiva. “Trabalhamos para mostrar que as árvores não são vilãs. Elas fazem parte da nossa existência e da solução urbana. A presença do Conselho aqui é vital para ob-

servar, orientar e incentivar a excelência na gestão ambiental”, avaliou.

A necessidade de unir boa vontade e ciência foi corroborada pelo engenheiro civil e de segurança do trabalho Júlio César de Castro Forte, inspetor do Crea-SP. Para ele, a silvicultura é a ferramenta que prepara as metrópoles para o futuro.

“Muitas vezes plantamos com a melhor das intenções, mas sem o conhecimento técnico necessário. Quando esse saber é compartilhado e aplicado formalmente, gera benefícios para toda a sociedade”, refletiu.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE: PILARES DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM NOSSA SOCIEDADE

CONTEÚDO TÉCNICO



CREA-SP
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de São Paulo

Por Rogério Menani

Jornalista

para o Informativo AEAA-MA

A ética profissional e a responsabilidade técnica constituem os fundamentos sobre os quais se erguem a confiança da sociedade nas profissões reguladas pela Lei nº 5.194/1966. No campo da engenharia, da agronomia e das geociências, esses valores não são opcionais: são pressupostos jurídicos, morais e técnicos que orientam cada decisão, cada projeto e cada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida. Diante de um cenário marcado por crescente complexidade normativa, pressões de mercado e desafios éticos emergentes, o Sistema Confea/Crea intensificou sua atuação para garantir que o exercício profissional permaneça íntegro, transparente e comprometido com o interesse público. A palestra promovida pela Escola de Governo e Gestão Pública do Crea-SP em junho de 2025 simboliza essa postura institucional proativa. Este artigo examina os principais desafios éticos enfrentados pelos profissionais, as soluções estratégicas do Sistema, casos concretos de intervenção institucional e a relevância do compromisso ético como vetor de desenvolvimento nacional.

Principais Desafios Éticos na Atuação dos Profissionais

O exercício das profissões regula-

das pelo Sistema Confea/Crea opera em um ambiente de alta responsabilidade civil, administrativa e, em determinadas circunstâncias, penal. Engenheiros, agrônomos e geocientistas tomam decisões que impactam diretamente a segurança de edificações, a integridade de ecossistemas, a saúde de populações e a viabilidade de empreendimentos públicos e privados. Nesse contexto, os desvios éticos não representam apenas irregularidades formais — constituem riscos reais à vida e ao patrimônio coletivo.

Entre os problemas mais recorrentes identificados pelo Sistema e debatidos no encontro promovido pelo Crea-SP, destaca-se, em primeiro lugar, a prestação de serviços técnicos por pessoas sem habilitação legal. A realização de obras irregulares, a emissão de laudos sem responsabilidade técnica registrada e a assinatura de projetos por profissionais sem atribuição adequada configuram situações de risco direto à população. O exercício ilegal não apenas compromete a qualidade técnica das entregas como desvaloriza o profissional regularmente habilitado, distorcendo a concorrência e fragilizando a cadeia de responsabilidades que o Sistema busca preservar.

Associado a esse problema está a omissão na emissão da ART. A Anotação de Responsabilidade Técnica, instrumento criado pela Lei nº 6.496/1977, é a formalização do vínculo entre o profissional e o serviço prestado. Sua ausência — motivada por pressão de contratantes, redução de custos ou desconhecimento — implica ausência de accountability técnico e expõe tanto o profissional quanto o contratante a riscos jurídicos severos. O Referencial Estratégico do Sistema Confea/Crea

2023-2024 elenca a modernização dos sistemas de ART entre suas prioridades institucionais justamente porque sem esse instrumento não há rastreabilidade da responsabilidade técnica.

Outro ponto crítico identificado é o conflito de interesses. Profissionais que atuam simultaneamente como consultores e fiscalizadores, ou que emitem laudos favoráveis a contratantes em detrimento da verdade técnica, incorrem em uma das violações mais graves ao Código de Ética Profissional. O Referencial Estratégico do Sistema define conflito de interesses como a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função técnica. Esse risco é particularmente elevado em municípios de menor porte, onde a concentração de papéis institucionais em poucos profissionais é mais frequente — realidade bem conhecida por entidades como a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto.

Soma-se a esse cenário a baixa padronização dos processos ético-disciplinares entre os 27 Creas. A ausência de uniformidade na condução dos processos gera insegurança jurídica e percepção de assimetria na aplicação das normas. A advogada e assessora da Presidência do Confea Fernanda Marinela, que conduziu a palestra do Crea-SP, foi precisa ao afirmar que sem dados reais e padronizados não é possível realizar políticas públicas para enfrentar as dificuldades institucionais. Essa fragmentação limita a capacidade do Sistema de identificar padrões infracionais, orientar



As bases para um relacionamento saudável com o mercado: ética e responsabilidade, dentro dos preceitos do Confea Crea

prevenções e mensurar resultados.

Há ainda um deficit estrutural de cultura ética nas novas gerações profissionais. A formação técnica superior nem sempre contempla com profundidade os aspectos deontológicos da profissão. Profissionais recém-registrados frequentemente ingressam no mercado sem plena compreensão do Código de Ética Profissional — aprovado pela Resolução nº 1.002/2002 — e das implicações jurídicas do exercício profissional. Por fim, a opacidade nas obras públicas, caracterizada pela ausência de Responsável Técnico identificável e pelo não registro de ARTs em empreendimentos financiados com recursos públicos, facilita desvios de qualidade, superfaturamento e riscos estruturais que afetam diretamente a população atendida.

Soluções Estratégicas do Sistema Confea/Crea

O Referencial Estratégico para o Sistema Confea/Crea e Mútua 2023-2024 —

aprovado pela Decisão nº PL-0996/2022 — estrutura um conjunto abrangente de diretrizes e iniciativas voltadas ao fortalecimento da ética, da governança e da fiscalização. Essas ações estão organizadas nos programas de Governança, Finalidade e Gestão, articulados com a Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020-2031 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

No campo da modernização ético-disciplinar, o Sistema prevê a revisão, a padronização e a implantação dos procedimentos do processo ético em todos os 27 Creas. As iniciativas contemplam a desburocratização dos fluxos processuais, a otimização de recursos e a ampliação da percepção de valor entregue à sociedade. O Manual de Procedimentos para a Condução dos Processos de Ética Profissional, editado pela Decisão Normativa nº 94/2012, está em processo de atualização, e a Resolução nº 1.090/2017 — que permite o cancelamento de registro por má conduta pública ou crime infamante — já representa um instrumento disponível e

de eficácia comprovada.

A Comissão Nacional de Ética do Sistema, em articulação com as Câmaras Especializadas dos Creas, atua na supervisão e orientação dos processos disciplinares. O coordenador da Comissão de Ética do Crea-SP, engenheiro cartógrafo João Fernando da Silva, reforçou durante o evento que a ética é um pilar importantíssimo do Sistema e um valor comum a todas as carreiras representadas, e que a expectativa é que as reflexões produzidas nos encontros de capacitação alcancem os mais de 380 mil profissionais registrados no estado de São Paulo.

No plano da fiscalização, o Projeto PIC-03 — Gestão Estratégica da Fiscalização — tem como objetivo implantar parâmetros nacionais de planejamento integrado, ação sistêmica e avaliação de resultados, em conformidade com a Resolução nº 1.134/2021. A proposta é superar o modelo descentralizado e fragmentado de fiscalização, substituindo-o por um sistema integrado que permita

comparabilidade de dados, identificação de padrões infracionais e formulação de políticas baseadas em evidências. No âmbito do Crea-SP, essa diretriz se materializa na atuação de inspetorias regionais que operam em municípios como Monte Alto, apoiadas pelas associações profissionais locais. A proximidade territorial das entidades de classe com as realidades municipais amplia o alcance da fisca-

lização e fortalece a cultura de regularização voluntária.

O Programa de Educação Continuada — Projeto PIC-10 — representa uma das iniciativas mais estruturantes do Referencial Estratégico. Seu objetivo é atualizar os conhecimentos técnico-profissionais dos engenheiros, agrônomos e geocientistas, com ênfase explícita no fortalecimento do comprometimento ético-social. A Escola

de Governo e Gestão Pública do Crea-SP, responsável pela palestra de junho de 2025, é um dos instrumentos operacionais dessa estratégia. A formação continuada reduz a incidência de infrações por desconhecimento normativo e eleva o nível de autoconsciência ética dos profissionais. Associações regionais, como a de Monte Alto, desempenham papel complementar ao facilitar o aces-

QUESTÕES QUE TODO ENGENHEIRO DEVERIA SE FAZER

REFLETIR • QUESTIONAR • EVOLUIR

Grandes projetos começam com boas perguntas. Engenharia é técnica, mas também é **propósito**, **ética** e **impacto**.

- QUAL É O **PROPÓSITO** DO QUE ESTOU CONSTRUINDO?
- QUAIS **IMPACTOS** O MEU PROJETO GERA NA SOCIEDADE E NO MEIO AMBIENTE?
- ESTOU USANDO A MELHOR **TECNOLOGIA** DA MELHOR FORMA?
- COMO POSSO CONTINUAR **APRENDENDO** E ME SUPERANDO?
- QUE **LEGADO** QUERO DEIXAR COM O MEU TRABALHO?

ÉTICA E RESPONSABILIDADE
ENGENHARIA E SOCIEDADE
INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

so dos profissionais do interior às iniciativas de capacitação promovidas pelo Conselho.

O Referencial Estratégico estabelece ainda como diretriz central a adoção de processos decisórios baseados em evidências, observadas as orientações éticas e legais. Para tanto, prevê a padronização de indicadores de fiscalização, registro e julgamento, incluindo a automatização da coleta de dados e a geração de painéis de desempenho institucional acessíveis ao controle interno e externo. A transparência é componente essencial desse modelo de governança, reforçada pela implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Sistema. O secretário executivo do Crea-SP, advogado Holmes Napolini, declarou que o objetivo é estabelecer um pacto nacional na promoção das ações de fiscalização e dos resultados entregues à sociedade, trazendo maior valor público e efetividade social. Por fim, o Referencial prevê o alinhamento do Código de Conduta aos princípios de sustentabilidade, reconhecendo que as responsabilidades do profissional extrapolam o âmbito técnico-formal e alcançam dimensões ambientais, sociais e de governança — especialmente relevantes para quem atua em licenciamentos, análises de impacto ambiental e projetos de infraestrutura rural ou urbana.

Estudos de Caso: O Confea/Crea em Ação

A efetividade das normas éticas não se mede apenas por sua codificação, mas pelos resultados concretos que produz. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015, expôs lacunas graves na cadeia de responsabilidade técnica em empreendimentos de alto risco. A tragédia, que resultou em 19 mortes e um dos maiores desastres ambientais da história do Brasil,

provocou uma revisão profunda dos mecanismos de responsabilização dos profissionais envolvidos. O Confea e o Crea-MG atuaram na investigação das responsabilidades técnicas, instaurando processos ético-disciplinares contra profissionais que subscreveram documentos sem a devida verificação in loco das condições estruturais. O caso tornou-se referência nacional para o debate sobre responsabilidade técnica em projetos de infraestrutura crítica e impulsionou a revisão das normas de segurança de barragens no país.

Em escala regional, o Crea-SP promoveu ao longo dos últimos anos operações sistemáticas de fiscalização em obras públicas municipais no interior do estado, com foco na verificação da existência de Responsável Técnico e da regularidade das ARTs. Em municípios da região de Araquara — onde está inserido o município de Monte Alto —, a articulação entre inspetores do Crea-SP e representantes de entidades profissionais locais resultou na regularização de dezenas de obras e na lavratura de autos de infração contra construtoras e responsáveis técnicos omissos. A atuação das associações regionais como interlocutoras e mobilizadoras do processo de regularização foi determinante para o alcance dessas ações.

Em outra frente, um engenheiro agrônomo foi submetido a processo ético-disciplinar pelo Crea-SP após emitir laudo técnico atestando a regularidade fitossanitária de uma propriedade rural que, posteriormente, foi constatada com presença de praga quarentenária. O processo, conduzido pela Câmara Especializada de Engenharia Agrônoma, resultou em penalidade de suspensão temporária do exercício profissional. O caso reforçou a importância da verificação técnica in loco e da independência do profissional em relação às pressões dos contratantes — valores centrais do Código de Ética Profissional (Resolução nº 1.002/2002).

Por fim, a Resolução nº 1.090/2017 pos-

sibilitou ao Sistema adotar uma medida de elevada força simbólica e jurídica: o cancelamento de registro profissional em razão de crime infamante ou escândalo público. Em ao menos um caso de repercussão estadual, profissional registrado no Sistema foi condenado criminalmente por participação em esquema de corrupção em obras públicas, resultando na abertura de processo disciplinar que culminou no cancelamento definitivo de seu registro. A medida sinalizou que a integridade ética é condição permanente para o exercício profissional — não apenas no ato do registro, mas ao longo de toda a vida na profissão.

A palestra promovida pela Escola de Governo e Gestão Pública do Crea-SP em junho de 2025 não foi um evento isolado. Ela representa um elo de uma corrente institucional contínua, que une o Confea, os 27 Creas estaduais, as Câmaras Especializadas, as comissões de ética e as entidades profissionais de base — como a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto — em torno de um propósito comum: garantir que o exercício profissional da engenharia, da agronomia e das geociências permaneça a serviço do interesse público.

O Referencial Estratégico do Sistema Confea/Crea 2023-2024 é claro ao enunciar a visão de futuro da instituição: ser reconhecido como um sistema profissional comprometido em proteger a sociedade, assegurando o exercício legal e o desenvolvimento das atividades de profissionais e de empresas da engenharia, da agronomia e das geociências em prol da sustentabilidade socioeconômica e ambiental, do desenvolvimento nacional e da promoção do respeito, da dignidade e da valorização profissional. Ética como pilar. Responsabilidade como prática. Desenvolvimento nacional como horizonte.

UNACEM REALIZA REUNIÃO DELIBERATIVA NA ASSOCIAÇÃO DE MONTE ALTO

No dia 13 de de junho a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Monte Alto realizou mais um encontro da União das Associações Centro Norte (UNACEM). Foi uma data importante no calendário de presidentes e representantes dessas entidades e uma oportunidade de trocar experiências e reforçar os laços de parceria.

A abertura do evento ficou a cargo do atual presidente da entidade, o Engº Eletricista Marcos Hatanaka, que também é presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Catanduva. Representando o Crea SP, Marcelo Godinho Lourenço - diretor de Entidades de Classe. Já representando o IPEA esteve presente a Engª Civil Erika Cristina de Araújo Riso, Diretora de Relações Institucionais.

Entre as deliberações da reunião, foi integrada ao escopo da UNACEN a AREST – Associação Regional dos Engenheiros de Segurança do Trabalho. “Esse foi um grande passo para a entidade, que a cada dia ganha legitimidade em nosso sistema de representação e fiscalização das engenharias, agronomia e geociências”, afirmou Francisco Innocencio Pereira, que representou a entidade na ocasião.

Durante a reunião, foi ministrada a palestra “Introdução ao Universo das Cervejas Artesanais”, ministrada pelo mestre cervejeiro Vitor Durigan, um dos proprietários da Cervejaria Maltus.

Sob o aspecto institucional, o relacionamento e a estruturação conjunta entre a UNACEM e o sistema CREA-SP possuem forte impacto em nossa região. Além disso, as reuniões da UNACEM frequentemente contam com a presença da presidência e diretoria do CREA-SP para criar convênios e fomentar o trabalho das associações locais.



Na foto acima da página, a mesa diretora da reunião. Abaixo, a fala do Eng. Químico e de Seg do Trabalho, Francisco Innocencio Pereira. E abaixo, o presidente da UNACEN, Eng. Eletr. Marcos Hatanaka